

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 9

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A estranha "greve" da Câmara e do Senado (Editorial) 3

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Partidos se mobilizam para aprovar desoneração da folha 4

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Bancos devem lucrar mais no 3º trimestre 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Medo de imposto sobre herança faz disparar doação de bens 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projetos que vão ajudar no ajuste fiscal têm semana decisiva no Congresso 10

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil longe do grau de investimento (Editorial) 11

VALOR ECONÔMICO - SP - CONTEÚDO PATROCINADO POR ABREMA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária pode gerar passivo ambiental bilionário no país 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma, os senadores e seus lobbies - BRUNO CARAZZA 14

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Apostas on-line: relator no Senado vai propor duas alíquotas, 18% para cassinos e 12% para jogos esportivos 16

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: definição do fundo para estados e municípios ainda é impasse 17

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Indefinição sobre desoneração da folha de pagamento impacta planejamento das empresas 19

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Parlamentares tentam apressar regulação do mercado de hidrogênio verde no Brasil 21

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ruralistas rediscutem mercado de crédito de carbono 23

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Ações políticas aproximam Brasil dos Estados Unidos (Editorial) 25

Segunda-Feira, 23 de Outubro de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Gasto com pessoal sobe e já encosta no limite legal em oito Estados 27

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
ECONOMIA

Consolidação é futuro das montadoras chinesas de carro elétrico 29

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Aliados pressionam Lula por ampla reforma ministerial até o início de 2024 31

A estranha "greve" da Câmara e do Senado (Editorial)

No primeiro semestre do ano, o governo Lula obteve vitórias importantes em votações no Congresso Nacional. A despeito de não ter conseguido eleger uma base de apoio forte na Câmara e no Senado, o Executivo conseguiu aprovar, antes mesmo de tomar posse, a emenda constitucional da transição e recompor o Orçamento. No lugar do teto de gastos, o Legislativo aprovou o novo arcabouço fiscal, prioridade do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. E depois de mais de 30 anos, até mesmo a **reforma tributária** sobre consumo conseguiu avançar na Câmara e está prestes a ser votada no Senado.

Mesmo quando o governo teve de admitir derrotas, o diálogo entre os Poderes quase sempre prevaleceu. O Congresso enfrentou o governo ao rejeitar uma proposta que desvirtuava o Marco do Saneamento, deixou claro que não aceitaria rever a autonomia do Banco Central e só deu aval ao retorno do voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** depois de muitos ajustes no texto final.

Algo mudou após o recesso branco parlamentar, em julho. Como é natural no jogo político, deputados e senadores cobraram a fatura pelas entregas na primeira metade do ano, e o governo teve de abrir espaço para acomodar aliados do Centrão nos ministérios, bem como pagar emendas parlamentares e irrigar bases eleitorais.

A despeito desses "gestos" do Executivo, Câmara e Senado entraram num modus operandi estranhíssimo, no qual nada que realmente importa ao governo tem sido votado ou mesmo pautado em plenário. É como se os parlamentares tivessem entrado em greve, mas as razões dessa paralisa são desconhecidas.

Quem melhor poderia explicá-las são os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Ambos parecem completamente desconectados das reais necessidades do País, o que tem gerado situações no mínimo esdrúxulas. Há algumas semanas, deputados deixaram de registrar presença na Casa, impedindo quórum mínimo para uma série de deliberações.

Na ausência de Lira, que está em missão na Ásia, quem teria agido para debelar a obstrução na Câmara

teria sido o senador Pacheco, segundo reportagem do Estadão.

Esse ativismo de Pacheco faria algum sentido se o Senado estivesse trabalhando a pleno vapor. Mas, à exceção das discussões sobre a **reforma tributária**, que felizmente se encaminham para o fim, o Senado também vive momentos de absoluta letargia. A recusa do principal aliado de Pacheco, o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), em marcar a sabatina dos ministros ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) expressa o desrespeito com que é tratada a função de avaliação e controle das indicações do Executivo quando é transformada em mera barganha política.

A estranha viagem de Lira à Índia e à China tampouco teria justificativa neste momento, não fosse a necessidade de o presidente da Câmara submergir após ter exigido do governo a entrega de todos os cargos da diretoria da Caixa e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Não que ele precise estar fisicamente no País para ser lembrado.

Seus prepostos Elmar Nascimento (União- BA) e Doutor Luizinho (PP-RJ) têm agido para impedir qualquer chance de votação dos projetos que taxam fundos exclusivos e offshore.

Seria simples atribuir esse movimento a uma reação da Câmara e do Senado contra o governo, exigindo maior reconhecimento do trabalho dos parlamentares.

Para isso, no entanto, Lira e Pacheco teriam de agir de forma coordenada contra a agenda do Executivo, e não é exatamente isso que tem ocorrido.

Lira e Pacheco parecem mais preocupados com seus respectivos futuros políticos do que em cumprir as prerrogativas de suas funções à frente das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado, que se encerram apenas em 2025. Com a indesejável antecipação dessa disputa pelo comando das Mesas Diretoras, eles lutam para demonstrar quem melhor serve ao governo, quem mais entrega, quem mais ameaça e quem tem mais força, em detrimento da agenda de votações do País e do melhor interesse público

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Partidos se mobilizam para aprovar desoneração da folha

Julia Lindner e Caetano Tonet

Lideranças de alguns dos maiores partidos do Senado mobilizam-se pela aprovação, nesta semana, do projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de salários dos 17 setores que mais empregam no país. A iniciativa tem apoio de legendas como PSD, PL e MDB. O movimento deixou o PT, que tenta ganhar tempo para o governo com o adiamento da matéria, isolado.

Na última sexta-feira (20), a articulação favorável ao projeto contou com o apoio público do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). "A presidência do Senado tem uma posição favorável ao projeto. Nós consideramos que é importante a desoneração desses 17 setores que têm alta empregabilidade. São setores cuja folha de pagamento representa muito para o custo dessas empresas", disse Pacheco.

Os setores envolvidos, que juntos empregam 9 milhões de trabalhadores, afirmam que a aprovação do projeto é urgente.

"É crítico que seja aprovado o mais rápido possível porque as empresas já estão realizando os seus orçamentos para 2024 e precisam ter a sua estrutura de custos bem definida", disse Fernando Valente Pimentel, diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).

"Nós temos muita confiança que o Senado vai aprovar isso e que o Executivo não vetará. Entendemos que é crítico que façamos uma agenda de desoneração para toda a economia, mas enquanto a solução ampla não vem, não há motivo para reonerar setores altamente empregadores.

O que o Brasil precisa é de geração de emprego", pontuou.

Um levantamento da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom) indica que 676,5 mil empregos deixariam de ser gerados sem a desoneração entre os anos de 2017 e 2022. Com isso, calculam que haveria perda de R\$ 45,7 bilhões de arrecadação ao longo desses cinco anos apenas para a **Previdência Social**.

O texto começou a tramitar pelo Senado, mas passou

por alterações na Câmara. O relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, senador Angelo Coronel (PSD-BA), optou então por rejeitar, na última semana, as alterações feitas pelos deputados e resgatar a versão original.

Depois da leitura do parecer dele, governistas, como o senador petista Jaques Wagner (BA), pediram o adiamento da análise. O texto está na pauta da CAE do Senado desta terça (24) em caráter terminativo.

Se for aprovado, só irá ao plenário em caso de que algum senador apresente recurso em até 48 horas.

Caso isso ocorra, Pacheco já garantiu que pautará o tema no plenário "o mais brevemente possível", evitando mais demora.

A proposta de manutenção da desoneração na folha salarial permite que as empresas de 17 setores paguem alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20%.

Pela legislação atual, essa regra só vale até 31 de dezembro deste ano.

O projeto de lei em discussão no Senado prorroga a medida para até 31 de dezembro de 2027.

O relator estendeu a desoneração a municípios com população inferior a 142,6 mil habitantes. Essas cidades teriam alíquota da contribuição previdenciária sobre folha reduzida de 20% para 8%. Na Câmara, os deputados tentaram estender o benefício a todos os municípios, de forma escalonada.

A questão das prefeituras é vista com resistência pelo governo do PT. Na sexta, Pacheco evitou se comprometer com esse ponto e disse que só se aprofundou sobre o que diz respeito às empresas.

O relator do projeto na CAE, Angelo Coronel, defende a manutenção do trecho e acha "difícil" que haja alguma alteração na terça. "É uma questão de justiça.

Quem faz educação básica, saúde básica, quem é o grande empregador são as prefeituras brasileiras", afirmou Coronel.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187694?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187694?page=1§ion=1)**

Bancos devem lucrar mais no 3º trimestre

Álvaro Campos

A temporada de balanços dos bancos no terceiro trimestre tende a ser mais positiva que as últimas.

Após os problemas decorrentes do caso Americanas no primeiro semestre, o crédito para pessoa jurídica deve voltar a mostrar mais força, enquanto a inadimplência de pessoa física dá sinais de estabilização e pode até indicar um início de trajetória de queda. Entre os maiores bancos do país, analistas esperam que Itaú Unibanco e Banco do Brasil (BB) continuem em bom momento e que, ao mesmo tempo, Bradesco e Santander deem indícios de que o pior já passou.

Levantamento feito pelo Valor com sete casas mostra que os grandes bancos de capital aberto terão um lucro combinado médio de R\$ 25,095 bilhões entre julho e setembro, com alta de 3% sobre o trimestre anterior. As projeções indicam um leve avanço de 1,2% na comparação com o terceiro trimestre de 2022. Como de costume, a filial do banco espanhol será a primeira a divulgar seus números, no dia 25.

Os bancos já vinham apontando que a segunda metade do ano deveria ser melhor, principalmente devido ao ciclo de queda das taxas de juros. De janeiro a junho, a **inflação** afetou a capacidade de pagamento das famílias, especialmente as de baixa renda, e impulsionou a inadimplência e as provisões para devedores duvidosos.

Agora, com **inflação** e Selic em trajetória de queda, além de surpresas positivas com indicadores de atividade, a expectativa é de resultados melhores.

O Desenrola, programa de renegociação de dívida do governo federal, também ajuda, embora não se espere um impacto direto tão forte nos balanços.

Para os analistas do Goldman Sachs, liderados por Tito Labarta, as tendências são positivas. Segundo eles, apesar da desaceleração geral do crédito neste ano, Itaú e BB estão em melhor posição para expandir suas carteiras, diante da exposição à alta renda e ao segmento rural, respectivamente, e de uma melhor qualidade de ativos.

"Acreditamos que os investidores desviarão a atenção para os principais motores de crescimento, em vez de preocupações com a qualidade dos ativos, uma vez que o custo do risco e a inadimplência parecem estar

atingindo o pico", escreveram em relatório.

O Itaú BBA disse que a inadimplência em pessoa física pode começar a mostrar melhora em alguns segmentos, enquanto em pessoa jurídica ainda deve subir um pouco. "O crescimento da originação de crédito e da carteiras deve acelerar, após um fraco primeiro semestre para empresas e indivíduos", afirmou o banco.

Na visão da XP, o terceiro trimestre se assemelhará ao que foi visto no período anterior, com a carteira de crédito crescendo de forma saudável e as taxas de inadimplência mostrando lentos aumentos, indicando que elas podem já ter atingido o pico. "Vale mencionar que, embora as incertezas regulatórias e políticas que surgiram durante o trimestre possam ter afetado os preços das ações do setor, vemos os fundamentos ainda sólidos", escreveram analistas da casa.

As incertezas regulatórias de fato assolaram o setor nos últimos meses. Primeiro foi o teto do consignado para beneficiários do **INSS**, baixado "na marra" pelo Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) em março, que levou os bancos a interromper a oferta. Depois o órgão voltou atrás, com uma redução menor, mas em agosto, logo após o Banco Central começar a reduzir a Selic, o CNPS baixou de novo o teto. E agora em outubro promoveu novo corte, mesmo depois de os bancos apresentarem uma metodologia para definir os juros que leva em conta os custos fixo e variável das instituições financeiras, incluindo a despesa de captação.

Outro tópico quente é a questão do cartão de crédito. No início deste mês, dentro do projeto do Desenrola, o Congresso aprovou uma limitação do rotativo do cartão a 100% do valor principal da dívida. A medida entrará em vigor em 90 dias caso os bancos - que são os emissores dos cartões - não apresentem uma proposta alternativa que seja aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). As instituições financeiras querem rever o parcelado sem juros, e as credenciadoras independentes, que ganham com a antecipação de recebíveis, defendem que não há correlação dessa modalidade de pagamento com o rotativo e que uma mudança poderia afetar fortemente o consumo.

Analistas dizem que, se o teto de juro no rotativo for implementado, que tenderia a perder mais seriam bancos como Inter e Nubank, mais dependentes do cartão de crédito. Na outra ponta, Banco do Brasil e

Itaú sofreriam menos.

Na semana passada, durante reunião liderada pelo BC, foi apresentada uma proposta para limitar o parcelado sem juros a 12 prestações e estabelecer um teto à tarifa de intercâmbio do cartão de crédito. Como os parâmetros ainda não estão definidos, é difícil calcular possíveis impactos, mas a lógica é que as credenciadoras seriam menos afetadas que os bancos. De qualquer forma, como há ganhos e perdas para os dois lados, o impacto final para os emissores não seria tão significativo assim.

O Santander deve ter lucro de R\$ 2,503 bilhões entre julho e setembro, com alta trimestral de 8,4% e queda anual de 19,8%. Para os analistas da Genial, após muitos trimestres sofrendo compressões sucessivas de lucro e rentabilidade, o banco deve começar a mostrar uma melhora desses indicadores de forma mais consistente, mas ainda gradual. "Estimamos uma melhora no lucro, impactado positivamente por uma melhora na margem com mercado [tesouraria] devido aos efeitos de reprecificação de ALM [gestão de ativos e passivos, na sigla em inglês] e queda dos juros, despesas em um nível mais controlado, mas principalmente por uma redução das provisões para perdas de crédito (PDD) com as novas safras performando melhor que as antigas", diz a Genial.

O Bradesco tem projeção de lucro de R\$ 4,584 bilhões, com ganho de 1,4% no trimestre e baixa de 12,2% em um ano. O Itaú BBA elevou sua recomendação para as ações do banco de "venda" para "neutro". "Muitas das razões por trás da nossa recomendação de "venda" já aconteceram. O Bradesco desacelerou seu crescimento de receita e teve de provisionar mais", disseram os analistas. "Apesar de ser bem esperado, o fraco ROE [retorno] de 11% e os lucros estáveis do Bradesco devem sinalizar que a recuperação da sua margem financeira e dos custos de crédito ficarão atrás da de outros bancos", afirmaram sobre os resultados do terceiro trimestre.

O Itaú, por sua vez, deve continuar renovando recordes, com lucro de R\$ 9,005 bilhões no terceiro trimestre, uma variação trimestral de 3,0% e anual de 11,5%. Na visão do Goldman Sachs, o banco deve ter uma rentabilidade (ROE) de 21%, com crescimento da receita, melhor eficiência e custo de risco relativamente estável. "Esperamos um crescimento sequencialmente maior dos empréstimos (3% no trimestre) com possivelmente mais crescimento no corporate e PMEs, e ainda vemos o banco melhor posicionado para capturar o crescimento no varejo de alta renda. Assim, a margem financeira deve melhorar 3% no trimestre, enquanto as receitas de tarifas devem aumentar 1%, devido à atividade

modestamente melhor do mercado de capitais." Por sua vez, o BB também deve continuar em bom momento, registrando lucro de R\$ 9,003 bilhões, um crescimento de 2,5% no trimestre e 7,7% ante o mesmo período de 2022. A XP lembra que, após o segundo trimestre, o BB revisou e elevou as projeções para a carteira de empréstimos.

Para os analistas, o crédito rural deve continuar se apresentando forte por mais um trimestre no BB. "A taxa de inadimplência deve permanecer estável em 2,7%, que ainda é a mais baixa entre seus pares e reflete a natureza defensiva da carteira. Isso não deve ter um impacto significativo na relação saudável de cobertura da empresa de 208%." O Nubank deve ter lucro de aproximadamente US\$ 315,7 milhões, com alta de 20,2% no trimestre e quase 4.000% na comparação com o terceiro trimestre de 2020, quando havia acabado de virar para o positivo, registrando seu primeiro lucro na história. Na semana passada, o Morgan Stanley elevou seu preço-alvo para o banco e projetou que ele pode crescer quase três vezes até 2026, chegando a uma valorização de mercado de US\$ 100 bilhões.

"Investidores desviarão atenção para os motores de crescimento, em vez de qualidade dos ativos" Tito Labarta

1,2% é a alta do lucro na comparação anual

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Bancos devem lucrar mais no 3º trimestre

Site: <https://valor.globo.com/impreso/>

Medo de imposto sobre herança faz disparar doação de bens

LUIZA LANZA

O medo de que a **reforma tributária** em discussão no Congresso aumente a cobrança de **impostos** sobre herança no País está levando brasileiros aos cartórios. Desde que o texto foi aprovado na Câmara, em julho, o número de doações em vida de bens a herdeiros aumentou 22%, mostram dados do Colégio Notarial do Brasil, do Conselho Federal, entidade que reúne os 8.344 Cartórios de Notas em território nacional.

Em agosto deste ano, o número de doações de bens passou para mais de 14,2 mil, ante a média mensal de 11,6 mil em 2022.

A doação em vida de bens consiste em antecipar a transferência do patrimônio aos herdeiros, para que, após a morte, não seja necessário a abertura de um inventário para realizar a partilha.

Na prática, o doador mantém a posse e o usufruto dos bens enquanto permanecer vivo, apenas já deixa registrado a destinação da herança no futuro.

De qualquer maneira, incidirá sobre o patrimônio o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD), que deve ser pago por quem recebe bens ou direitos, seja por herança ou por doação em vida. Por se tratar de um tributo estadual, cada um dos 27 Estados brasileiros têm liberdade para estabelecer a sua própria alíquota, que pode ser fixa ou progressiva, desde que não ultrapasse a faixa de 8%.

A proposta, agora em discussão no Senado, prevê algumas alterações importantes. Se aprovado, o texto determina que o ITCMD se torne obrigatoriamente uma alíquota progressiva até 8%. Ou seja, será maior para valores de herança mais elevados. A reforma também diz que o ITCMD deverá ser recolhido no Estado de domicílio do falecido, além de determinar a cobrança do imposto em doações e heranças no exterior - que atualmente são isentas de **tributos**.

Francisco Nogueira de Lima Neto, sócio-fundador do escritório Gasparini, Nogueira de Lima e Barbosa Advogados, explica que as novas alíquotas do ITCMD ainda não foram estabelecidas.

Essa é uma informação que deve estar presente

apenas no texto final da **reforma tributária**. Ainda assim, é de se esperar por um aumento da carga tributária. "Muito provavelmente haverá um aumento, principalmente para aqueles Estados que atualmente não aplicam uma alíquota progressiva", diz ele. "Usando como exemplo São Paulo, que hoje cobra 4% para todo mundo.

A maioria dos contribuintes que tiver um patrimônio um pouco maior vai cair na alíquota de 8%." OUTRO PROJETO. Esta não é a única discussão em curso sobre a tributação de heranças.

Já tramita no Senado um outro texto que propõe aumentar a faixa limite do ITCMD para 16%. Nesse caso, Estados teriam liberdade para estabelecer suas alíquotas (fixas ou progressivas) até o dobro do teto atual de 8%.

Rogério Fedele, advogado do escritório Abe Advogados, levanta ainda um outro ponto: a possibilidade de aumento do valor do imóvel com o passar do tempo. "Uma doação de um bem que vale 100 paga 4% hoje em São Paulo. Esperar é correr o risco de doar o mesmo bem numa sucessão, daqui a 20 anos, mas com o bem valendo 500 e com uma alíquota de 16%", diz Fedele. "Tudo isso atrai as famílias para anteciparem em vida." O risco de mudança reacendeu entre especialistas o tema do planejamento sucessório.

Trata-se da organização da transferência de patrimônio para herdeiros, com uma série de medidas tributárias, jurídicas e financeiras que não só facilite o recebimento da herança, mas ajude a evitar qualquer conflito.

Luciana Pantaroto, sócia da consultoria Dian Pantaroto e planejadora financeira CFP pela Planejar, define essa etapa como uma tentativa de tornar a transmissão do patrimônio entre as gerações mais eficiente, reduzindo custos, burocracia e conflitos familiares. É possível utilizar diferentes instrumentos, como a própria doação em vida, mas também testamento, seguros de vida e até holdings familiares. Tudo a depender da complexidade do patrimônio e da estrutura familiar.

E não é preciso ter muito dinheiro para pensar em um planejamento sucessório, diz a especialista.

"Algumas medidas podem ser adotadas em benefício de indivíduos cuja situação patrimonial e familiar sejam mais simples", afirma ela.

Valores Pelas regras atuais, cada Estado fixa sua alíquota do imposto, desde que não ultrapasse a faixa de 8%

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Projetos que vão ajudar no ajuste fiscal têm semana decisiva no Congresso

GERALDA DOCA

A semana promete ser decisiva para o governo no Congresso, com duas pautas prioritárias para a equipe econômica: a taxação dos fundos exclusivos e offshore e a **Reforma Tributária**.

Pelo acordo fechado entre os líderes dos partidos, o projeto que taxa os fundos de investimentos voltados à alta renda e as aplicações financeiras no exterior deve ser aprovado amanhã pelo plenário da Câmara dos Deputados.

A medida faz parte do pacote da equipe econômica para atingir a meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024, conforme prevê o arcabouço fiscal. A expectativa é arrecadar R\$ 21 bilhões.

Já o relatório da **Reforma Tributária** deverá ser apresentado pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, também amanhã. O documento é aguardado pela equipe econômica, de olho nos setores que podem ganhar tratamento diferenciado. A proposta já passou pela Câmara dos Deputados e sofrerá alterações no Senado, devendo acolher emendas defendidas por governadores e prefeitos.

Segundo o relator do projeto que taxa os fundos de investimentos, Pedro Paulo (PSDRJ), o texto deve ser aprovado amanhã, mas ainda falta aparar algumas arestas com a equipe econômica.

ACERTOS FINAIS O parlamentar propôs uma taxa entre 15% e 20% para os fundos exclusivos, dependendo do tempo médio das carteiras.

Se o prazo for superior a um ano, deverá valer a alíquota menor, se for inferior, a maior. Ou seja, quanto maior o prazo, menor a tarifa.

Já para os fundos offshore, as alíquotas variam entre 15% e 22,5%, dependendo do valor. Até R\$ 6 mil, não há tributação; entre R\$ 6 mil e R\$ 50 mil, 15%; e acima de R\$ 50 mil, 22,5%. Além disso, há uma taxa de atualização patrimonial de 6%.

Há pressão para unificação da alíquota, mas isso não está definido, segundo o relator.

Há ainda questões pendentes, como a que envolve fundos imobiliários e ligados ao agronegócio.

O governo quer aumentar o número de cotistas para conceder isenção fiscal.

- Faltam alguns ajustes, mas tem acordo para votar o projeto no dia 24 (amanhã).

O projeto dos fundos é o mais importante da semana, e também do semestre, para o governo porque faz parte do plano da equipe econômica de arrecadar R\$ 160 bilhões em 2024 - afirmou o relator ao GLOBO.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO ONLINE - RJ
Projetos que vão ajudar no ajuste fiscal têm semana decisiva no Congresso

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/oglobo?token=1e7a469a6fb0231000003>

Brasil longe do grau de investimento (Editorial)

Há alguns meses, duas agências de classificação de risco melhoraram sua percepção sobre a economia brasileira. A Fitch elevou a nota do rating soberano do País de BB- para BB. A S P, por sua vez, manteve a nota em BB-, mas alterou a perspectiva, antes estável, para positiva, abrindo caminho para revisar a nota de crédito ao longo dos próximos meses. Fazia anos que o rating do País não era alterado e, na última vez em que isso aconteceu, os movimentos se deram em contextos muito diferentes e negativos.

As notícias, portanto, foram recebidas com muito alento e interpretadas como um primeiro passo na direção da retomada do grau de investimento, classificação que o Brasil perdeu em 2015. A aprovação definitiva do novo arcabouço fiscal no Legislativo e o avanço da **reforma tributária** sobre o consumo na Câmara, hoje em tramitação no Senado, trouxeram uma dose extra de otimismo à economia, e a recuperação do grau de investimento parecia realmente ser uma questão de tempo.

Um estudo realizado pelo Banco Santander e publicado pelo Estadão, no entanto, mostrou a necessidade de um esforço bem maior e de um tempo bem mais longo para que o País possa retomar o selo de bom pagador. A dívida brasileira, na proporção do Produto Interno Bruto (**PIB**), está 20 pontos percentuais maior que a de países que possuem o grau de investimento.

O problema, no entanto, não é apenas a dívida mais elevada. À medida que o endividamento aumentava, o **PIB** avançava muito pouco - em média, a economia cresceu apenas 0,8% ao ano entre 2011 e 2019. No mesmo período, países com grau de investimento cresciam sete vezes mais, enquanto economias com a mesma classificação de risco que o Brasil tem hoje avançavam cinco vezes mais.

O estudo do Santander mostrou o quão distante o Brasil de 2023 está do Brasil que conquistou o grau de investimento pela primeira vez. Na proporção do **PIB**, a dívida bruta, que correspondia a 62,3% em 2008, subiu a 88,4%; a dívida líquida avançou de 37,6% para 61,2%. O resultado primário, antes superavitário em 3,3% do **PIB**, transformouse em um déficit de 2%; o déficit nominal, por sua vez, saiu de 2% para 8,8% do **PIB**.

Se as receitas permaneceram inalteradas em 35,8% do **PIB**, os gastos foram elevados de 37,8% em 2008 para 44,6% neste ano; os investimentos caíram de 21,6% para 18,3%; e a poupança, de 19,5% para 15,5%. Não por acaso, a economia, que crescia a 5,1% em 2008, hoje desacelerou para 2,1%. O comportamento da dívida, afinal, influencia o comportamento da economia como um todo.

Poucos foram os países que perderam e recuperaram o grau de investimento, processo que, em média, levou de seis a sete anos, mas todos apresentaram perspectivas de crescimento superiores às de seus pares. O Brasil, de acordo com o estudo do Santander, deve levar mais tempo que a média para reconquistar o selo de bom pagador.

As projeções quanto à trajetória da dívida mostram que ela continuará a crescer, mas menos do que avançaria sem o arcabouço fiscal, o que não deixa de ser positivo. A economia, no entanto, tem avançado menos do que poderia e bem menos do que a de países emergentes.

Quando retomaram o selo de bom pagador, em 2013, o Uruguai apresentava uma perspectiva de crescimento acima de 5,6% e a Colômbia, em 2011, de 4,2%.

Ao anunciar uma melhora na percepção de risco sobre a economia brasileira, tanto a S P quanto a Fitch ressaltaram a importância da aprovação da reforma da Previdência e da autonomia do Banco Central e reforçaram a relevância de políticas pragmáticas para promover a sustentabilidade da dívida pública. Além de cortar gastos públicos, no entanto, aprovar reformas estruturais que aumentem a produtividade será crucial para o aumento da nota de classificação de risco do País.

Desistir de zerar o déficit em 2024 seria uma decisão com efeitos desastrosos para a economia. Mas manter a meta tampouco será suficiente para recuperar o grau de investimento. Reencontrar o caminho para o crescimento econômico será essencial, e, pelo histórico recente do País, um objetivo tão ou mais desafiador

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma tributária pode gerar passivo ambiental bilionário no país

O Brasil corre o risco de retroceder na pauta ambiental e deixar um rastro de danos sem precedentes.

Esse foi o alerta de especialistas e parlamentares que participaram do seminário "**Reforma Tributária**, Meio Ambiente e Saneamento Básico", organizado pelo Valor. Para eles, a **Reforma Tributária** em discussão no Congresso Nacional pode incentivar a disseminação de aterros clandestinos pelo Brasil, contaminando solo e água caso sobretaxe o setor responsável pelo tratamento de resíduos sólidos no país.

Cálculos do advogado tributarista Luiz Gustavo Bichara mostram que a **reforma tributária**, com o texto atual, deve aumentar a carga do setor de resíduos sólidos de 8,65% para 27%.

Essa sobretaxa, na prática, pode ter dois efeitos: onerar as prefeituras e conseqüentemente aumentar os **impostos** cobrados do consumidor final ou incentivar o despejo irregular desses resíduos em valas e lixões ilegais.

Esse aumento de **impostos** deve ainda impedir que o Brasil atinja a meta de acabar com todos os lixões do país até 2024.

Segundo o presidente da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (Abrema), Pedro Maranhão, o texto da **reforma tributária** aprovado pela Câmara dos Deputados, e que agora está em análise no Senado, encarece a proteção do meio ambiente e incentiva a proliferação de lixões pelo país, o que pode causar prejuízos para a saúde pública urbana.

"A **reforma tributária**, como está, vai taxar o setor que mais trata resíduos sólidos e mitiga danos ambientais", observa Maranhão.

"Saneamento básico é saúde. Água tratada e vacinas são as maiores formas de prevenção de doenças no mundo. Água tratada, esgoto tratado e o resíduo com destino ambientalmente correto são fundamentais para a prevenção da saúde das pessoas e para a proteção do meio ambiente", enfatiza.

Na avaliação dele, o setor de resíduos sólidos deveria ter o mesmo tratamento tributário do setor de saúde.

INCENTIVO E PROTEÇÃO Para especialistas, há uma incompatibilidade da proposta de **legislação tributária** com a proteção do meio ambiente. No entanto, eles ponderam que é possível contornar o problema e transformar a **reforma tributária** em um incentivador dessa conservação.

"O que precisa é uma calibragem das previsões para estimular e prestigiar ações de proteção ambiental e tratar de forma diferente no âmbito fiscal. Quando uma atividade presta um serviço ambientalmente desejado à sociedade e reduz danos, deve receber tratamento diferenciado", defende Fabrício Soler, professor e especialista em Direito Ambiental.

Ele explica que as áreas que recebem resíduos sem tratamento são grandes vazadoras de danos ao meio ambiente e que apostar na recuperação posterior dessas áreas, em vez de trabalhar com o tratamento adequado dos resíduos, é muito mais caro.

"A recuperação dessas áreas é custosa. O Brasil já está com dificuldade na universalização do tratamento adequado, se for imposto um custo adicional, pode ser um tiro no pé, um retrocesso com risco de aumentar o número de lixões", afirma.

Segundo Bichara, a reforma é importante para o país e tem um grande potencial de melhorar a gestão tributária brasileira.

"Estamos no caminho certo, mas não é por isso que podemos ir no piloto automático.

Há detalhe que precisam de atenção do Senado Federal", pondera Bichara.

O presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, Evaldo Nogueira, faz avaliação semelhante.

"Nós queremos a **reforma tributária**. Tem que ter simplificação, tem que ter melhoria, tem que ter previsibilidade.

Nós somos a favor da **reforma tributária**, porém, a que foi aprovada na Câmara dos Deputados tem alguns aspectos que precisam ser avaliados", diz. "Ela precisa ser melhor discutida. Vai ter impacto imenso, mas tem lacunas importantes. É preciso que o Senado

reveja alguns aspectos", defende.

MUDANÇAS DE ALÍQUOTA Na avaliação do senador Alexandre Luiz Giordano (MDB-SP), a indústria de tratamento de resíduos sólidos é um setor que faz uma gestão comprometida com as cidades, com o bem-estar das pessoas e com o meio ambiente. "A gente costuma falar que, se o transporte parar, o Brasil para. Mas, se os coletores de resíduos pararem de coletar os resíduos, todas as casas terão um grande problema", alertou o senador, que é autor de três emendas que visam barrar o aumento da tributação para o setor.

O parlamentar acredita que suas sugestões serão acatadas pelo relator da reforma, o senador Eduardo Braga (AM-MDB).

"Senti que o relator vai acatar as emendas, mas, de que forma ele vai acatar, não posso dizer", avalia. O deputado federal Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) foi o relator da reforma na Câmara e, segundo ele, o texto contempla a possibilidade de alíquota zero para o setor.

OCDE E IVA Dados da Abrema revelam que a **reforma tributária**, na prática, encarece a proteção ao meio ambiente. De acordo com a entidade, a maioria dos países tem uma política tributária que diferencia o setor de gestão de resíduos do mercado comum. O Brasil, no entanto, corre o risco de seguir na contramão.

Ao criar o IVA como substituto de uma série de **impostos**, o país terá uma das maiores taxas do planeta. Enquanto a média das nações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 19%, a **reforma tributária** brasileira vai criar uma taxa de 27%.

Esse estudo da Abrema mostra ainda que a mudança tributária vai gerar uma disparada nos custos do setor de resíduos sólidos. Para as empresas que atuam no regime de lucro real, essa alta será de pelo menos 25%. Para as que atuam sob o regime de lucro presumidor, de 64%.

"O que precisa é de mais recursos e investimentos para esse setor de resíduos sólidos. Ao tributar essa cadeia, você pode limitar e atrasar a meta de universalização desses serviços de tratamento de resíduos sólidos", alerta Fabrício Soler.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187694?page=1§ion=1>

A reforma, os senadores e seus lobbies - BRUNO CARAZZA

Num episódio shakespeareano de nossa história, Fernando Collor, primeiro presidente da República eleito após a ditadura, foi acusado de patrocinar um imenso esquema de corrupção envolvendo o pagamento de propinas para a concessão de benesses de toda ordem em estatais, ministérios e outros órgãos públicos.

A denúncia - e aqui surge seu lance mais surreal - partiu do seu próprio irmão, Pedro, que, motivado por divergências quanto aos negócios da família e um misto de fatores psicológicos que vão de traumas de infância a ciúmes, procura a revista de maior circulação nacional para contar tudo o que sabia sobre o caso. A história, contada de modo eletrizante por Évelin Argenta no podcast Collor vs Collor, inaugura uma sequência de escândalos que expuseram as íntimas relações entre dinheiro, eleições e poder no Brasil.

A entrevista de Pedro Collor ao jornalista Luís Costa Pinto à revista "Veja" detonou um processo de investigações na imprensa e numa CPI no Congresso que elucidou como Fernando Collor e seu tesoureiro, Paulo César (PC) Farias, arrecadaram dinheiro de grandes empresas para financiar de maneira ilegal sua campanha milionária ao Palácio do Planalto.

Como se comprovou à época, o esquema teve continuidade após a eleição, mediante tráfico de influência, em que favores governamentais eram trocados por propinas pagas por executivos e empresários.

A principal consequência do escândalo foi o impeachment de Fernando Collor em dezembro de 1992. Mesmo que o ex-presidente e seu tesoureiro não tenham sido condenados e presos, o drama dos Collor gerou uma mudança institucional. Ao revelar como empresas abasteciam o caixa dois de campanhas presidenciais no Brasil, o Congresso achou por bem deixar às claras as relações entre empresas e políticos nas eleições. No ano seguinte, foi autorizado o financiamento empresarial de candidaturas.

A justificativa para permitir as doações de campanhas de empresas era dar transparência a um relacionamento que, como ficou demonstrado no caso Collor-PC Farias, acontecia por debaixo dos panos.

Assim, pensava-se à época, seria melhor permitir que a sociedade tivesse como fiscalizar os vínculos entre empresas e políticos do que depender de um conflito entre irmãos para descobrir os pagamentos por caixa dois.

O financiamento de campanhas por empresas perdurou de 1994 a 2014. Nesse período de vinte anos, o volume de dinheiro abastecendo as campanhas saiu de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 6,7 bilhões ao ano, já descontada a **inflação**. Na média, 70% desse volume veio de pessoas jurídicas, principalmente aquelas interessadas em decisões governamentais: empreiteiras (Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão), bancos (Itaú, Bradesco, BMG e BTG Pactual) e grandes indústrias (JBS, Braskem, Gerdau, CSN, Cutrale, Recofarma) dominaram o ranking dos maiores doadores.

Esperava-se que a permissão para o financiamento privado de campanhas tivesse estancado o relacionamento espúrio entre o setor privado e políticos, mas um novo escândalo de corrupção revelado em 2014 demonstrou que os propinodutos continuavam a pleno vapor no período. As evidências coletadas nas dezenas de fases da Operação Lava Jato indicaram centenas de políticos que continuaram recebendo malas de dinheiro e transferências para contas em paraísos fiscais de grandes empresas em troca de isenções tributárias, licitações direcionadas e créditos subsidiados nos bancos oficiais.

A Lava-Jato levou à prisão executivos e políticos. Mesmo que muitas dessas condenações estejam sendo anuladas judicialmente, a operação gerou uma mudança institucional. O Supremo Tribunal Federal julgou que as doações de empresas eram inconstitucionais, e o Congresso tratou de repor esses recursos.

Desde 2015, já foram R\$ 17,6 bilhões destinados ao financiamento de campanhas de políticos por meio do fundo eleitoral e do fundo partidário.

Esperava-se que esse montante bilionário, drenado do orçamento público, fosse suficiente para blindar a classe política da influência perniciosa das grandes empresas. Afinal, sem depender de dinheiro privado para se eleger, governantes e parlamentares teriam

maior independência para tomar suas decisões.

Aparentemente, isso não aconteceu. Como se sabe, encontra-se em análise no Senado a proposta de **reforma tributária** aprovada na Câmara.

Até a última sexta-feira, os senadores haviam apresentado 573 sugestões de mudanças ao texto. A maioria dessas emendas procurava atender pleitos de setores empresariais, todos eles buscando ficar fora do alcance da reforma, por meio de isenções, alíquotas menores ou regimes tributários especiais.

Uma análise dos textos das emendas indica que parte dos senadores estão, na verdade, agindo como verdadeiros lobistas, defendendo os interesses das empresas. Há várias emendas com o mesmo teor apresentadas por muitos senadores diferentes, bem como senadores que se especializaram em apresentar muitas sugestões contemplando o mesmo setor com vários benefícios diferentes.

Mesmo com suas campanhas tendo sido bancadas por dinheiro público, a votação da **reforma tributária** no Senado virou um grande leilão de benefícios para setores empresariais.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro" (Companhia das Letras)".

Escreve às segundas-feiras E-mail
bruno.carazza@gmail.com

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
A reforma, os senadores e seus lobbies

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187694?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187694?page=1§ion=1)**

Apostas on-line: relator no Senado vai propor duas alíquotas, 18% para cassinos e 12% para jogos esportivos

O relator do projeto de lei que taxa as apostas on-line no país, senador Angelo Coronel (PSD-BA), disse ao GLOBO que vai propor duas alíquotas diferentes no texto, uma para as apostas de jogos em geral, como cassinos, e outra para apostas esportivas. A primeira continuaria sendo de 18%, a segunda seria 12%.

A alíquota cobrada será do GGR (Gross Gaming Revenue). No texto que veio da Câmara dos Deputados, essa alíquota é de 18% para todos os tipos de apostas on-line.

Angelo Coronel afirma que já teve as primeiras conversas com as empresas de apostas e com o relator da matéria na Câmara dos Deputados, Adolfo Viana (PSDB-BA). Nesta semana ele pretende se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e com lideranças no Senado.

Uma conversa com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também deve ser marcada na mesma semana. Isso porque as alterações do texto no Senado devem levar a proposta de volta para a análise dos deputados.

- Vou conversar com o Haddad, os senadores e com o Lira sobre essa ideia - afirmou.

Além de taxar as receitas de empresas, a proposta também vai taxar os prêmios dos ganhadores e instituir uma outorga inicial para autorizar os sites a funcionarem legalmente.

Coronel explica que se um mesmo site tiver as duas modalidades de jogos, cassinos e esportivos, as receitas de cada tipo de aposta poderão ser separadas para que a cobrança recaia de maneira distinta.

A outorga é no valor de R\$ 30 milhões, com duração de 3 anos, de acordo com texto da Câmara. Angelo Coronel quer aumentar esse período para 5 anos, como havia sido proposto inicialmente pelo governo.

O relator ainda não disse se vai modificar a divisão de arrecadação com as apostas. De acordo com o texto aprovado na Câmara, o dinheiro arrecadado com o GGR será dividido da seguinte forma:

A lei original de 2018, que regulava as apostas de quota fixa, não trazia a previsão de repasse para o Turismo. Em um mercado totalmente regulado, a Fazenda estava prevendo valores de R\$ 6 bilhões a R\$ 12 bilhões por ano. Mas no projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) enviado ao Congresso prevê uma arrecadação de pouco mais de R\$ 1,6 bilhão em 2024.

O governo ainda não definiu se o dinheiro da arrecadação dos **impostos** será direcionado para a administração do Ministério da Fazenda, ou se parte do repasse será de responsabilidade do Ministério do Esporte.

A indefinição atinge a finalização do relatório, já que o texto aprovado pelo Congresso precisa detalhar qual será o órgão responsável pela distribuição de recursos.

Angelo Coronel prevê a apresentação de seu relatório em meados de novembro, mas a discussão em torno da **reforma tributária** pode atrasar ainda mais a tramitação da proposta.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/10/23/apostas-on-line-relator-no-senado-vai-propor-duas-aliquotas18percent-para-cassinos-e-12percent-para-jogos-esportivos.ghtml>

Reforma tributária: definição do fundo para estados e municípios ainda é impasse

A definição de um valor para o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) na **reforma tributária**, que vai compensar estados e municípios de possíveis perdas de arrecadação com a mudança no sistema de **impostos**, é um dos principais obstáculos para o fechamento da proposta no Senado, onde o texto está em análise, após aprovação na Câmara.

O relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), senador Eduardo Braga (MDB-AM), já sinalizou que o montante será maior do que o inicialmente sugerido pelo Ministério da Fazenda, de R\$ 40 bilhões. Mas o volume de recursos precisará ser acordado com o ministro Fernando Haddad antes de o texto final ser finalizado.

A expectativa é de que o relatório seja apresentado nesta terça-feira, dia 24, mas há chance de adiamento, tem dito Braga a interlocutores. Ele cogita, por exemplo, deixar o fundo aberto para arrecadações, mesmo após 2033, elevando o montante ano a ano.

Hoje, o texto que veio da Câmara dos Deputados já determina que o fundo seja abastecido de forma progressiva, a partir de 2029, começando com a valor de R\$ 8 bilhões, até 2033, quando atingiria R\$ 40 bilhões. Uma nova reunião entre Braga e Haddad deve ocorrer ainda nesta semana, quando um valor deve ser definido.

O relator da reforma também já confirmou o limite para a carga tributária será estabelecido na PEC por meio de um cálculo que leva em conta o volume de arrecadação em relação ao Produto Interno Bruto (**PIB**) dos últimos anos. Essa média será o limite para trava na alíquota a ser cobrada de Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Eduardo Braga também afirmou que o setor de energia elétrica será excluído da possibilidade de cobrança de um imposto seletivo, ou imposto do pecado, que será cobrado sobre bens e serviços que façam mal a saúde ou ao meio ambiente.

Hoje, o texto define uma permissão de cobrança para produtos como minérios, derivados de petróleo, combustíveis e telecomunicações.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/10/23/re>

***forma-tributaria-definicao-do-fundo-para-estados-e-
municipios-ainda-e-impasse.ghtml***

Indefinição sobre desoneração da folha de pagamento impacta planejamento das empresas

Brasília

*/
Hellen Leite, do R7, em Brasília*

A indefinição sobre a prorrogação da desoneração da folha de pagamento para os 17 setores da economia que mais empregam no país tem impactado o planejamento das empresas. Havia a expectativa de que a proposta fosse votada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado na última terça-feira (17). No entanto, houve um pedido de vista coletivo, liderado por parlamentares da base do governo, o que atrasou a análise da matéria.

O projeto substitui a contribuição previdenciária de 20% sobre a folha salarial por uma contribuição com alíquota entre 1% e 4,5% da receita bruta das empresas. O benefício já está em vigor, mas tem data de validade até 31 de dezembro de 2023. A intenção é aprovar o projeto que estende o prazo até dezembro de 2027.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

A presidente da Federação de Manutenção da Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática, Vivien Suruagy, afirma que o setor ainda não tem os planejamentos de 2024 concluídos, à espera da definição sobre a desoneração.

"Nós estamos sem planejamento. A partir de janeiro, se não passar a desoneração, o nosso tributo vai subir, triplicar. Infelizmente, as empresas não terão possibilidade de investir", afirma. "Uma empresa minimamente responsável e organizada faz o planejamento do próximo ano com seis meses de antecedência, mas até agora nós não sabemos se vamos contratar, treinar e qualificar, ou demitir nos próximos meses", completa.

O advogado especializado em consultoria tributária Vinicius Costa explica que no caso de a desoneração

não ser aprovada a tempo, as empresas vão passar a recolher contribuições previdenciárias em valor muito superior ao atual. "Muito embora as empresas já devessem ter se programado para o fim do benefício, é certo que o provisionamento prejudica as operações, principalmente daqueles contribuintes que dispõem de pouco valor em caixa", afirma.

A votação do projeto ficou para a próxima terça-feira (24) na CAE. Por enquanto, ainda não está definido se o texto terá a tramitação encerrada na comissão ou se irá ao plenário do Senado. Além disso, ainda há a possibilidade de vetos do presidente da República, o que faria a matéria retornar à discussão no Congresso.

Segundo o autor do texto, senador Efraim Filho (União-PB), se a proposta não for aprovada, 300 mil a 600 mil empregos deixarão de existir nos setores que mais empregam, como a construção civil, transportes públicos e setor de call center.

O parlamentar observou que o governo federal considerou a possibilidade de incluir a desoneração da folha de pagamento na discussão da **reforma tributária**. Porém, ele lembrou que o benefício se encerra em dezembro e, se não for estendido, pode prejudicar os empresários. "Então, já se está dizendo que não vai ter tempo de analisar a desoneração da folha de pagamento embutida na discussão da **reforma tributária**", concluiu.

A proposta foi aprovada pelo Senado em junho e seguiu para a análise dos deputados, que fizeram mudanças no texto. Por isso, está sendo discutida pelos senadores novamente. Desde a tramitação na Câmara, o ponto de entrave é o que trata do benefício para as pequenas cidades.

Os municípios foram inicialmente incluídos no projeto no parecer do senador Angelo Coronel (PSD-BA), que beneficia cidades com até 142 mil habitantes. Ele propôs reduzir a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha dos municípios de 20% para 8%, mas houve alteração na Câmara.

A proposta aprovada estendeu o benefício a outras prefeituras e reduziu a alíquota para valores entre 8%

e 18%, a depender da renda per capita do município. O relatório em avaliação pela CAE do Senado, no entanto, tenta aprovar a primeira versão do texto.

Ainda assim, o governo é resistente à medida porque, segundo o Ministério da Fazenda, a desoneração acarretará uma renúncia fiscal estimada em cerca de R\$ 9,4 bilhões. No entanto, a inclusão dos municípios pequenos nesse tipo de concessão é o que preocupa, pois se trata de uma renúncia inédita em um momento em que a equipe econômica tenta ampliar as fontes de arrecadação para garantir o equilíbrio fiscal.

Veja abaixo quais são os 17 setores beneficiados pela desoneração da folha de pagamento.

Calçados;
call center;
comunicação;
confeccção;
construção civil;
construção de obras de infraestrutura;
couro;
fabricação de veículos e carrocerias;
máquinas e equipamentos;
proteína animal;
têxtil;
tecnologia da informação;
tecnologia de comunicação;
projeto de circuitos integrados;
transporte metroferroviário de passageiros;
transporte rodoviário coletivo; e
transporte rodoviário de cargas.

Sem a desoneração dos 17 setores, o país teria perdido R\$ 34,3 bilhões de Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) entre 2018 e 2022. O imposto é pago pelas empresas para bancar os direitos previdenciários dos empregados.

A iniciativa garantiu, em 2022, um aumento de 19,5% na remuneração dos trabalhadores desses setores. Se

a folha não tivesse sido desonerada, os salários médios desses segmentos seriam de R\$ 2.033. Com a desoneração, a média salarial desses trabalhadores subiu para R\$ 2.430.

Os números são da Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom), com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

A cada 10% de desoneração da folha de pagamento, estima-se um aumento de 3,4% dos empregos formais. A conclusão é de um estudo de 2021 da Fundação Getulio Vargas (FGV) com base em números do então Ministério da Economia. O levantamento do governo federal analisou o impacto da redução de custos trabalhistas na geração de postos de trabalho.

O estudo da FGV revela que os setores desonerados apresentaram maior possibilidade de contratação de trabalhadores. Isso porque a desoneração afetou a probabilidade de ingresso no mercado de trabalho em cerca de 3%.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/indefinicao-sobre-desoneracao-da-folha-de-pagamento-impacta-planejamento-das-empresas-20102023>

Parlamentares tentam apressar regulação do mercado de hidrogênio verde no Brasil

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Rafael Bittencourt

Grupos na Câmara dos Deputados e no Senado pretendem votar nesta semana propostas para criar um marco legal do hidrogênio de baixo carbono no Brasil (elemento que pode ser utilizado para gerar energia com menos emissão de gases de efeito estufa do que os combustíveis fósseis, por exemplo). A intenção é levar esses textos para plenário o mais rápido possível. Isso depende, contudo, de negociações com o governo, que ainda elabora seu projeto internamente.

O secretário de Planejamento do Ministério de Minas e Energia, Thiago Barral, disse na quinta-feira, 19, que o Executivo pretende concluir sua própria proposta e evitou pontuar as divergências com os relatórios do Congresso, mas listou três temas "essenciais" na visão do governo: as definições de taxonomia (o sistema de classificação das diferentes formas de obter o hidrogênio), as regras para certificação e o tratamento tributário das empresas.

O mais controverso é o incentivo tributário para o setor, admitiu Barral, por causa das repercussões fiscais, orçamentárias e possível impacto na conta de luz. "Talvez a melhor estratégia seja dividir em dois [projetos] até para não perder tempo. Colocar de pé aquilo que é um consenso, as necessidades [regulatórias], e depois tratar dos incentivos, que a gente percebeu que tem ainda uma discussão que pode ter desdobramentos", afirmou.

Os incentivos tributários estão sob a alçada do Ministério da Fazenda, que defendeu em nota ao Valor que "não há espaço fiscal para criar subsídios neste momento".

Além disso, afirmou que "qualquer discussão futura de incentivos para o setor deve estar atrelada à industrialização das cadeias produtivas no Brasil".

Coordenador do grupo de trabalho da Câmara, o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) organizou encontro do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com 16 grandes empresas interessadas em investir no setor e destaca que há pressa da iniciativa privada na aprovação do marco regulatório. "O governo está com a ideia de ir com mais calma.

Vamos pressionar para acelerar a discussão, estamos com mais senso de urgência. O Brasil está disputando a instalação de fábricas com o mundo todo", disse.

As minutas apresentadas pelo Congresso são elogiadas pela iniciativa privada, que vê na proposta do deputado Bacelar (PV-BA) um texto mais completo, com a criação de incentivos tributários e regulatórios.

O parecer foi apresentado dia 11 e a expectativa é votalo no grupo de trabalho na terça (24). O senador Otto Alencar (PSDBA) divulgou minuta na quarta (18) e a comissão do Senado também tentará votar nesta semana.

"Vamos fazer algumas pequenas sugestões de ajuste, mas nada muito relevante. Não tem nada que seja significativo a ponto de fazer com que a discussão pare.

Podemos inclusive aprovar assim no GT [da Câmara] e deixar os ajustes para o plenário para não atrasar", disse o presidente do Fórum de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Setor Elétrico (Fmase), Marcelo Moraes.

Há algumas diferenças entre as duas minutas. O projeto de lei da Câmara inclui a iniciativa privada no comitê gestor do programa de hidrogênio, enquanto o do Senado possui apenas representantes do Executivo. Os deputados estabelecem que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) será a responsável pelas autorizações, enquanto os senadores dividem esse poder entre a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a eletrólise (extração da água) e a ANP nos demais casos.

Mas as principais divergências estão nos incentivos propostos. A Câmara sugere um rol de iniciativas, entre elas que os leilões, a partir de 2028, tenham contratação obrigatória de energia por meio do hidrogênio e um regime especial (batizado de Rehidro) com desoneração dos **impostos**. A ideia é custear isso com fatia da exploração do petróleo, o excedente de Itaipu, doações internacionais e recursos do Orçamento da União.

O Senado propõe estabelecer percentuais mínimos e graduais para injeção do elemento nos gasodutos e incentivos tributários, custeados pela conta de luz,

parte do regime de partilha do petróleo e pelo orçamento do governo federal.

Relator da Câmara, Bacelar argumenta que não há como estimular o nascimento dessa nova indústria se não houver incentivos tributários e regulatórios.

"Os americanos estão dando um caminhão de dinheiro, R\$ 200 bilhões, e criando subsídios. O que estamos evitando é passar o custo para a conta de luz", diz.

O impacto na tarifa de energia preocupa também as empresas. O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) destacou que a minuta da Câmara avança em conceitos como a "neutralidade tecnológica e a análise do ciclo de vida para categorizar e certificar o hidrogênio", mas que alguns pontos "demandam debate mais aprofundado com a sociedade". "Ainda que incentivos regulatórios e fiscais sejam extremamente necessários para impulsionar novas tecnologias, o desenho deve ser cauteloso de forma a não onerar outras atividades essenciais, como o uso da água e de energia elétrica", disse.

Presidente-executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), Elbia Gannoum também opina que é preciso "deixar mais clara" a questão tributária e explicitar que, quanto menos carbono o processo de obtenção de hidrogênio gerar, mais incentivos deve receber. "O Executivo entende que novas tecnologias precisam de incentivos. O que ele tem dificuldades é com criar subsídios, que quem paga a conta é o consumidor", diz. "O governo brasileiro não vai colocar dinheiro, porque não tem, mas precisa permitir que a indústria não pague imposto ou o Brasil vai ficar de fora da rota global e perder a maior oportunidade que já teve na vida", afirma.

"Vamos pressionar [o governo] para acelerar a discussão, estamos com mais senso de urgência"
Arnaldo Jardim

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187694?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187694?page=1§ion=1)**

Ruralistas rediscutem mercado de crédito de carbono

Marcelo Ribeiro, Lu Aiko Otta, Jéssica Sant'Ana e Raphael Di Cunto

A bancada ruralista na Câmara está aberta a renegociar a exclusão do agronegócio do mercado de créditos de carbono. A decisão, que causou polêmica com ambientalistas, foi tomada pelo Senado em projeto de lei que chegou na semana passada para análise dos deputados.

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Pedro Lupion (PP-PR), reconheceu ao Valor que sua equipe tem escutado especialistas para chegar a uma métrica justa para a participação do agronegócio no mercado de créditos. A condição, porém, é que o setor "não pague a conta sozinho".

"Trabalhamos para não estar no texto do Senado porque o modelo desenhado previa que nós seríamos responsáveis por pagar boa parte dessa conta. E entendemos que isso não seja justo", disse Lupion.

Segundo o deputado, a preocupação do grupo é encontrar uma métrica que permita beneficiar ambos os lados do mercado de carbono regulado - o que vende e o que compra créditos de carbono.

No texto aprovado no Senado, o setor primário agropecuário ficou de fora das novas regras, que preveem cotas de emissão anual de gases do efeito estufa. Quem ficar abaixo dos limites, pode vender créditos a quem não cumpri-los.

Segundo o Sistema de Estimativa de Emissão de Gases Estuda (SEEG), o setor agropecuário responde por 75% das emissões do país.

Relator do projeto na Câmara, o deputado Aliel Machado (PV-PL) avaliou que a inclusão ou não do agronegócio no mercado é uma questão "embrionária". "Acho que é uma coisa que pode se debater ainda. Não só pela questão da imagem, mas também do dinheiro.

Pode ter uma vantagem financeira para o agro. Não estamos falando em colocar os parâmetros do agro nos mesmos níveis da indústria. O Brasil tem que proteger o agro, porque nossa realidade não é a mesma dos países europeus. Mas acho que dá para conversar para chegar em um consenso em um texto

que proteja o agro, mas também que se alcance um avanço nesse debate".

Nos bastidores, há a expectativa de que o projeto que foi aprovado pelos senadores seja apensado a outros textos que abordam assuntos semelhantes e tramitam na Câmara. É nessa aglutinação das propostas que o tema do agro deve ser resgatado.

O Brasil é pressionado, em foros internacionais, por causa do desmatamento provocado por atividades como garimpo, mineração e agronegócio. Produtos brasileiros são ameaçados de limitações em mercados internacionais por supostas agressões ao meio ambiente.

A produção sustentável é um tema que divide o setor.

A exclusão do agronegócio das regras do mercado de carbono foi fruto de um acordo feito para o texto conseguir ser aprovado no Senado. A argumentação foi a falta de metodologia para quantificar as emissões emitidas pelos pastos e rebanhos.

Uma fonte ligada à bancada do agro na Câmara avalia que, realmente, faltam métricas para calcular as emissões do setor, mas defende ser possível fixar parâmetros, como uso de defensivo agrícola por hectare e fazendas que fazem plantio direto (técnica que desgasta menos o solo). Esses parâmetros ajudariam o setor a se beneficiar do mercado voluntário de carbono, que também está sendo previsto no projeto de lei.

Segundo essa fonte, foi um erro deixar o agro totalmente de fora do projeto. "Aprofundamos essa visão que o agro é pecador, que tem culpa no cartório", afirma.

A regulamentação do crédito de carbono é um dos quatro projetos relacionados à sustentabilidade ambiental que estão em análise na Casa. Além dele, tramitam as regulamentações do combustível do futuro, do hidrogênio verde e das usinas eólicas offshore (em altomar).

Havendo condições, os deputados gostariam de votar os quatro até o próximo mês, para que o Brasil possa apresentar avanços importantes no campo legislativo na reunião da COP-28, que será realizada nos

Emirados Árabes Unidos, de 30 de novembro a 12 de dezembro.

Relator do projeto do combustível do futuro, o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) disse que o Brasil tem a oportunidade de se tornar um grande produtor e exportador de Sustainable Aviation Fuel (SAF), ou combustível de aviação sustentável, por estar na rota do etanol.

O PL estabelece que o setor aeronáutico precisará reduzir suas emissões de carbono em 1% ao ano no período de 2027 a 2037.

Segundo informou o próprio governo ao apresentar a proposta, a mudança na composição do querosene de aviação poderá elevar o preço do litro em até 4%.

No entanto, ponderou Jardim, o Brasil precisará produzir o SAF e utilizá-lo. Do contrário, um avião abastecido aqui não poderá pousar na Europa, dadas as exigências de lá.

Jardim também preside a Comissão Especial da Transição Energética e Produção do Hidrogênio Verde no Brasil, que apresentou relatório preliminar no último dia 10. O objetivo é criar um marco legal do hidrogênio de baixo carbono, considerado importante para afastar a insegurança jurídica em torno dos investimentos no setor.

Relatado pelo deputado Bacelar (PV-BA), o projeto estabelece um conjunto de incentivos, como a desoneração do investimento para produtores de hidrogênio e atividades acessórias, inclusive geração de energia elétrica, além de reduções no Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O avanço da **reforma tributária** em paralelo a propostas que estabelecem incentivos com base no atual sistema de **impostos** e contribuições é um ponto de preocupação, admitiu Jardim. Ele avalia que ajustes precisarão ser feitos durante a tramitação das propostas, de forma a aproximá-las.

No caso do projeto sobre eólicas offshore, o relator, deputado Zé Vitor (PL-MG), quer alterar dois pontos do texto já aprovado pelo Senado para concluir rapidamente a tramitação da proposta.

O primeiro é estabelecer um valor mínimo de outorga, para evitar "aventureiros" no setor. O segundo é estabelecer que parte das receitas obtidas pelo governo federal (1,5% da energia gerada, a título de participação) sejam partilhadas com Estados e municípios do interior.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187694?page=1§ion=1>

Ações políticas aproximam Brasil dos Estados Unidos (Editorial)

A rivalidade entre Estados Unidos e China, as duas maiores economias do mundo, provocará mudanças geopolíticas em escala global. Há um ensaio de redirecionamento diplomático não só dos dois principais adversários, mas também de potências médias, que tentam obter vantagens mantendo relações de interesse político e econômico com os polos da disputa. Depois de décadas sem uma política estratégica para a América Latina, os EUA voltam a dar alguma importância para a região. O primeiro objetivo é seu interesse nacional, que se complementa com o rápido avanço da China em toda a região.

A primeira ação clara americana nessa nova era de tensões foi a retirada provisória e parcial das sanções contra a Venezuela, estabelecidas por Donald Trump em 2019. O alvo foi os limites **impostos** para impedir a compra de petróleo e gás provenientes do país, eliminando a proibição de empresas e traders de negociarem com Caracas. O veto à compra de novos títulos da dívida da Venezuela permanece, mas abriu-se uma fresta para que os títulos em mercado possam ser transacionados no mercado secundário.

Estima-se que a produção venezuelana saltará dos 800 mil barris diários para um pouco mais de 1 milhão de barris, reduzindo um pouco o hiato de oferta deixado pelo corte de 1 milhão de barris de Opep e Rússia.

A contrapartida exigida dos EUA é que haja eleições democráticas e limpas em 2024, quando o ditador Nicolás Maduro, no poder há 10 anos, concorrerá novamente. Os chavistas concordaram com um recadastramento eleitoral - 7,3 milhões de pessoas deixaram o país, ou 25% da população, cifra mencionada pelo Fundo Monetário Internacional -, com autorizar "todos os candidatos presidenciais e partidos políticos, desde que cumpram os requisitos estabelecidos na lei" e garantir a presença de observadores internacionais.

Depois do acordo, foram liberados 5 dos 273 presos políticos encarcerados na Venezuela.

O Brasil já vinha participando das negociações para que governo e oposição venezuelanas chegassem a um acordo sobre as eleições. A ação americana, ao colocar interesses comerciais na mesa, foi decisiva para o acordo que, no entanto, ainda precisará ser

executado na prática - os anteriores foram solenemente ignorados ou boicotados pelos chavistas. O presidente Lula, que apoia Maduro, disse em entrevista, referindo-se à Venezuela, que o "conceito de democracia é relativo" (29 de junho), fazendo pouco caso das jogadas autoritárias do governo venezuelano para manter os chavistas no poder e aniquilar qualquer chance de a oposição um dia ocupar o Palácio de Miraflores. Mas é preciso reconhecer que seus esforços diplomáticos começam a dar frutos. Objetivamente, o acerto com os EUA se alinha com o interesse da diplomacia brasileira de obter concessões de Caracas por meios pacíficos e pelo diálogo.

Há ainda certa convergência de interesses entre os dois países diante da grave crise econômica argentina. O FMI empenhou sua reputação ao fechar com o país o maior pacote de empréstimos da história da instituição (US\$ 56,3 bilhões no formato original), quando o conservador Mauricio Macri governava. Os peronistas, críticos contumazes do Fundo, renovaram em melhores condições o acordo, mas não cumpriram nenhuma das principais metas.

No entanto, diante da aguda escassez de dólares, as eleições de domingo poderiam ocorrer em meio ao caos se não houvesse novos desembolsos do FMI. Nos bastidores, sabe-se que os EUA, que detêm a maior porcentagem dos votos no FMI, intercederam favoravelmente aos desembolsos antecipados, mesmo com o descumprimento flagrante do acordo. O ministro Fernando Haddad intercedeu a favor do governo peronista junto à secretária do Tesouro americano, Janet Yellen, e Lula fez o mesmo junto ao banco do Brics. O jogo pode ser outro, dependendo do resultado das eleições, mas Washington tem em mente a dependência já avançada da Argentina em relação a linhas de financiamento da China, que produziu um inusitado episódio - o pagamento de débitos com o FMI pela Argentina com a utilização de yuans resultantes da ampliação de uma linha de swap com Pequim.

Assim, por motivos diferentes, há confluência de interesses entre o governo federal e os EUA, com direito a ironias da história. O governo apoia chavistas e peronistas, que detestam os EUA, e Washington, que despreza ambos, sai em seu socorro porque um inimigo maior surgiu no horizonte, a China, hoje

principal destino do petróleo venezuelano.

Essa aproximação defensiva entre Brasil e EUA, ainda que por caminhos distintos, abre algum espaço para um acercamento positivo. Ao privilegiar a estratégia de substituir as importações da China por produção regional, de países confiáveis, os EUA abrem espaço para o Brasil e demais nações do continente. Essa brecha ainda não está sendo aproveitada pelo Brasil. Como membro do Brics, ao lado de Argentina, Rússia e China, o país tenderia a ser hostil à política externa americana. Mas, se não alienar sua independência, o Brasil pode construir parcerias econômicas com os EUA, cuja diplomacia prefere muito mais a linguagem comercial que a ideológica.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/>

Gasto com pessoal sobe e já encosta no limite legal em oito Estados

Marta Watanabe

A despesa de pessoal nos Estados continuou a avançar como proporção das receitas no segundo quadrimestre. Nos 12 meses até agosto deste ano, oito Estados ficaram com o gasto de pessoal do Poder Executivo acima do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Foram os Estados do Amapá, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Acre, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Roraima.

Os quatro últimos também ficaram acima do limite máximo da LRF ao fim do segundo quadrimestre.

Em igual período do ano passado, foram três Estados acima do prudencial, com apenas um deles estourando o teto.

A LRF estabelece para os Estados teto de 49% para comprometimento da receita corrente líquida como gasto para pagamento de pessoal - salários de servidores e seus encargos, incluídos os pagamentos a inativos - e encargos. O limite prudencial é de 46,55% e mostra que o gasto atingiu 95% do teto.

O quadro geral dos Estados revela piora também em relação aos dados do fim do primeiro quadrimestre. Nos 12 meses até abril deste ano, seis haviam ultrapassado o nível prudencial e três deles, furado o teto. Embora muitos Estados estejam longe dos limites da LRF, houve avanço generalizado das despesas de pessoal.

Dentre os 26 Estados mais o Distrito Federal, em 19 esse gasto aumentou de abril a agosto como proporção da receita e considerando um período acumulado de 12 meses. Em 15 deles o aumento nesse período foi superior ao equivalente a um ponto percentual da respectiva receita corrente líquida.

Os gastos com pessoal são a principal despesa corrente dos Estados.

Os dados mostram descompasso entre o ritmo de crescimento das receitas e da despesa de pessoal. Nos 12 meses até agosto, a Receita Corrente Líquida (RCL) do agregado dos Estados caiu 0,8% em relação a igual período de 2022, enquanto a despesa com pessoal avançou 6,1%, sempre em termos reais.

"Chama a atenção que os aumentos de despesa de pessoal não estão concentrados em alguns Estados ou regiões, mas aconteceram de forma generalizada", diz Gabriel Leal de Barros, economista e sócio da Ryo Asset.

Os dados mostram que dentre os 27 entes, em 25 a despesa de pessoal cresceu enquanto a receita caiu ou também cresceu, mas a uma taxa menor que a do gasto.

Os dados foram retirados pelo Valor dos relatórios de gestão fiscal entregues pelos Estados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Para comparação em termos reais, os valores de 2022 foram atualizados pelo IPCA.

Leal de Barros lembra que a receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal tributo recolhido pelos Estados, foi afetada por medidas impostas pelo governo federal em 2022 e que resultaram em redução de alíquotas do imposto em setores importantes como combustíveis, energia elétrica e telecomunicações.

Para ao menos recompor parte dessa receita, explica, alguns Estados aumentaram a alíquota padrão de ICMS, mas isso surtiu efeito apenas desde abril deste ano, em razão do prazo de três meses para a elevação entrar em vigor. Ou seja, diz, o impacto foi apenas parcial no período observado.

Já as despesas de pessoal, avalia Leal de Barros, refletem em boa parte reajustes salariais concedidos em 2022, ano de eleições. "Os dados mostram robustez do crescimento de gastos em praticamente todos os Estados. Como é um gasto obrigatório e de natureza permanente, isso pode antecipar piora fiscal à frente", diz. "Ao fim do primeiro quadrimestre, os dados já acenderam uma luz amarela e agora isso se intensifica." Os reajustes salariais em 2022 foram antecedidos por período em que as despesas com folha dos Estados ficaram limitadas, em razão das restrições da Lei Complementar 173/2020. Essa lei limitou contratações e aumento de gastos com pessoal como contrapartida aos repasses extraordinários da União aos governos subnacionais para o enfrentamento da pandemia de covid-19.

No Espírito Santo a despesa de pessoal fechou o

segundo quadrimestre em 40,12% da receita corrente líquida, num nível considerado "tranquilo", avalia o secretário de Fazenda do Estado, Benicio Costa. O indicador, lembra ele, deve melhorar ainda mais quando entrarem os recursos da antecipação da compensação de perdas de receita em razão do corte de ICMS no ano passado. Essa antecipação da União a Estados e municípios totaliza R\$ 10 bilhões, segundo cálculos do governo federal.

Os recursos devem elevar a receita corrente líquida dos Estados e ajudar a melhorar o indicador, afirma. Segundo Costa, o Espírito Santo deve receber cerca de R\$ 400 milhões. Os dados dos relatórios fiscais do Estado mostram que a despesa com pessoal do Poder Executivo do governo capixaba aumentou 1,1% em termos reais nos 12 meses até agosto contra igual período de 2022.

A receita corrente líquida caiu 6,5%. O desempenho, diz Costa, foi afetado pela perda de arrecadação em razão da redução do ICMS nos segmentos de combustíveis, energia elétrica e telecomunicações e também pela queda nos recebimentos de royalties e participações especiais de petróleo, que tiveram base alta em 2022.

Renata Santos, secretária de Fazenda de Alagoas, diz que o Estado receberá cerca de R\$ 75 milhões do repasse adicional que a União deve fazer do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Ela explica que o Estado não receberá a compensação de ICMS, porque o governo alagoano foi um dos que obtiveram liminar para compensar o impacto da redução de alíquotas no pagamento da dívida com a União.

O Estado, diz Santos, aplica medidas para controlar gastos e até agora mantém as contas sob controle.

A despesa de pessoal em Alagoas fechou em 41,62% da RCL ao fim de agosto. Nos Estados que receberem a compensação de ICMS, avalia, certamente o recurso irá favorecer as contas e em alguns entes poderá até mesmo ajudar a fechar 2023 com pagamento a servidores em dia. Alguns Estados, diz, já têm negociado alargamento de prazo para pagamento a fornecedores.

"Os recursos da compensação de ICMS vão ajudar, mas será uma receita extraordinária", diz Leal de Barros. "Isso minimiza o problema no curto prazo, mas não resolve a questão estrutural de alguns Estados, na qual a despesa de pessoal cresce em ritmo mais alto que o da arrecadação." A expectativa de desaceleração da economia no cenário base torna o quadro mais preocupante, diz Barros. O economista projeta crescimento de **PIB** de 2,5% em 2023, mas com toda atividade concentrada no primeiro semestre.

Para o terceiro trimestre, diz, a estimativa é de queda de 0,3% em relação aos três meses anteriores. "Mesmo com efeito do aumento da alíquota modal mais cheio nos próximos períodos, não dá para ser muito otimista na linha da receita em razão da desaceleração da economia, seja quando falamos de Estados ou da União. O ajuste precisa ser feito do lado dos gastos", diz.

Nessa linha, a agenda necessária alcança medidas como reforma administrativa, revisão de subsídios e avaliação de políticas públicas, diz. Para Leal de Barros, no âmbito da reforma administrativa há possibilidades para várias "versões".

"Essa medida pode ser mais ou menos ambiciosa. Pode ser uma mudança profunda na estrutura de cargos e salários ou algo infraconstitucional, sem alcançar tanto os servidores atuais, colocando mudanças de forma gradativa, mas que podem trazer economia fiscal relevante", defende.

Ele lembra que São Paulo enviou na última semana projeto nessa linha, com proposta de mudanças para cargos comissionados.

Minirreformas administrativas, diz, podem ajudar a conter os gastos antes que eles estourem.

Na passagem do primeiro para o segundo quadrimestre deste ano houve mudança entre os Estados que romperam o limite máximo de 49% da despesa de pessoal com o Poder Executivo em relação à LRF. Dos três que haviam estourado o teto nos 12 meses até abril - Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Rio de Janeiro - , dois ainda continuaram acima do limite na fotografia ao fim de agosto. Rio de Janeiro, que fechou o primeiro quadrimestre com 49,47% da receita corrente líquida, reduziu o indicador para 48,62% nos 12 meses até agosto.

O Estado ficou, portanto, 0,38 ponto percentual abaixo do teto embora bem acima dos 42,94% observados ao fim do segundo quadrimestre de 2022.

"Compensação de ICMS deve ajudar no indicador de gasto de pessoal" Benicio Costa

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187694?page=1§ion=1>

Consolidação é futuro das montadoras chinesas de carro elétrico

Gloria Li e Edward White

O futuro parecia brilhante para a Aiways, uma startup de veículos elétricos de Xangai, quando ela foi fundada em 2017. Liderada por ex-executivos da Volvo e do setor automotivo estatal, a companhia tinha entre seus investidores a gigante tecnológica Tencent, o grupo de aplicativo de transporte DiDi e a grande fabricante de baterias CATL.

Mas passados seis anos, a Aiways não conseguiu ser lucrativa, suspendeu a produção em uma fábrica importante e está lutando para pagar seus funcionários e vender seus automóveis.

"Fomos empurrados para um beco sem saída e esperamos apenas que o governo possa ser justo conosco", escreveram os funcionários em uma carta divulgada em agosto, à qual o "Financial Times" teve acesso, pedindo às autoridades chinesas para iniciarem os procedimentos de falência e que a companhia pagasse os salários pendentes.

Um colapso das vendas em vários grupos automobilísticos da China está alimentando as expectativas de uma onda de consolidação que deixará apenas um punhado de empresas no maior mercado automobilístico do mundo.

Embora algumas montadoras chinesas estejam se tornando nomes conhecidos, como a BYD, apoiada pelo megainvestidor Warren Buffett, centenas de outras que proliferaram durante o "boom" de investimentos da última década agora enfrentam um futuro incerto.

Há cerca de 50 marcas nacionais de veículos elétricos na China, que produzem carros puramente elétricos ou híbridos, de acordo com informações compiladas pela companhia de pesquisas MarkLines.

Mas até 2030, "haverá entre dez e doze grandes montadoras chinesas operando em grande escala", segundo afirma o analista do UBS, Paul Gong.

Desde que a Tesla desencadeou uma guerra de preços na China no fim do ano passado, o ritmo de consolidação do setor acelerou. A WM Motor, outra startup de veículos elétricos baseada em Xangai e fundada por um ex-presidente da Volvo China, disse

aos credores na semana passada que iniciou procedimentos de reestruturação no começo de outubro.

Outras companhias chinesas como a Singulato Motors e a Levdeo, envolveram-se em processos de falência nos últimos meses, enquanto a Enovate, outra startup de Xangai, suspendeu sua produção em abril.

"Os cortes nos preços são o novo normal no mercado automobilístico da China e estes continuarão até que as montadoras menores sejam eliminadas", diz Zhang Xiang, professor visitante do departamento de engenharia da Universidade de Ciência e Tecnologia Huanghe.

A exportação é amplamente considerada como uma das soluções para o excesso de capacidade no setor de veículos elétricos da China. Mas a Lei de Redução da **Inflação** (IRA, na sigla em inglês), sancionada pelo presidente dos EUA, Joe Biden, e que visa minar o domínio da China em setores críticos, além da recém-lançada investigação da União Europeia aos subsídios concedidos pela China aos fabricantes de veículos elétricos locais, contribuem para a incerteza sobre a viabilidade dessa estratégia.

Pequim também apertou os critérios para a emissão de licenças para produção de veículos elétricos, numa tentativa de enfrentar o excesso de capacidade crescente. As taxas anuais de utilização nas fábricas de veículos elétricos em todo o país serão de apenas 33% em 2023, segundo projetaram analistas do Citigroup em uma nota a investidores divulgada em maio.

"Depois que essas montadoras menores forem eliminadas, apenas uma pequena parcela de sua capacidade de produção será adquirida e reutilizada por outras montadoras, enquanto a maior parte irá para o lixo", diz Zhang.

A Aiways distinguiu-se de outras montadoras nacionais nascidas no boom dos subsídios da China aos veículos elétricos, com um foco inicial e bem-sucedido nos mercados internacionais.

Mas suas dificuldades recentes colocaram em destaque as vendas fracas e os desafios do financiamento em todo o setor.

A companhia, liderada pelo ex-diretor de vendas da Volvo na China Fu Qiang e um ex-executivo da montadora estatal SAIC Gu Feng, estabeleceu uma subsidiária na Alemanha apenas cinco meses depois de sua criação.

Dados da Aiqicha, uma provedora chinesa de informações corporativas, mostram que a Aiways levantou mais de 33 bilhões de yuans (US\$ 4,5 bilhões) desde a sua fundação. Até o fim de 2022 a companhia havia exportado 6.259 automóveis para mais de 15 países, incluindo Alemanha, França, Costa Rica e Emirados Árabes Unidos. O número foi superior aos de concorrentes nacionais como Xpeng e Nio, segundo dados da companhia e da Associação de Veículos de Passageiros da China.

Mas a Aiways vem tendo dificuldades para progredir na China.

As vendas consolidadas aumentaram de 2.698 unidades em 2021, um ano após ela ter lançado seu primeiro veículo elétrico, para 4.626 em 2022, segundo dados da Wind. Isso se compara a mais de 151 mil carros movidos a bateria vendidos em setembro pela BYD, a maior fabricante de automóveis da China.

Em janeiro de 2022, Zhang Yang, um ex-vice-presidente da concorrente Nio, foi nomeado presidente-executivo, substituindo o cofundador Gu Feng em uma reorganização administrativa para aumentar as vendas.

Entretanto, em julho o controle da companhia foi transferido para um grupo de trabalho de "governança temporária" liderado pelo cofundador Fu e o ex-banqueiro central chinês Zhu Xiaohua.

Numa última tentativa de tornar a empresa lucrativa, Zhu e Fu estão agora elaborando planos para reestruturar e vender veículos no mercado internacional sob uma nova entidade e uma nova marca, segundo disseram funcionários da companhia.

A Aiways disse que começou a pagar os salários atrasados dos funcionários na China há poucas semanas. "A Aiways suspendeu sua produção e está em processo de obter novos financiamentos e uma nova direção para uma companhia reestruturada... Zhu e Fu assumiram e a estratégia é vender automóveis no mercado internacional", disse a companhia em um **comunicado**, acrescentando que as equipes da Aiways na China e na Europa estão trabalhando no plano.

Fontes do setor não têm tanta certeza do sucesso das mudanças.

"Eles foram os primeiros a ir para a Europa, mas nunca foram muito bem capitalizados e esperavam gerar receitas com as vendas de veículos, mas estas nunca se materializaram", afirma Tu Le, da consultoria Sino Auto Insights.

Os investidores da Aiways agora temem "jogar dinheiro bom atrás de dinheiro ruim", acrescenta o consultor.

A questão que permanece é saber qual será a situação de outras montadoras à medida que a guerra de preços prossegue - ou quanto dinheiro terá sido gasto antes de uma reestruturação. Como diz Zangh, da Universidade Huanghe: "A tecnologia está avançando rapidamente... As linhas de produção de automóveis construídas há quatro ou cinco anos não têm muito valor útil."

Há cerca de 50 marcas nacionais de veículos elétricos na China, segundo MarkLines

Site: <https://valor.globo.com/impreso/>

Aliados pressionam Lula por ampla reforma ministerial até o início de 2024

Andrea Jubé

Um grupo de aliados tenta persuadir o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a promover uma ampla **reforma ministerial**, entre o fim do ano e o início de 2024, para fazer ajustes em áreas estratégicas, como saúde e segurança pública, e realinhar forças para as eleições municipais. A pressão recai por mudanças até mesmo na configuração do Palácio do Planalto.

O debate sobre uma ampla reforma ao fim do primeiro ano de governo não é novo, e remonta às mudanças feitas por Lula em ministérios entre agosto e setembro.

Já naquela ocasião, articuladores políticos do governo atribuíam a hesitação do presidente em nomear os deputados Celso Sabino (União Brasil-PA) para o ministério do Turismo, André Fufuca (PPMA) para o Esporte e Silvío Costa Filho (Republicanos-PE) para a pasta de Portos e Aeroportos porque ele desejava fazer todas as alterações de uma vez no fim do ano.

Se for confirmada a indicação do ministro da Justiça e da Segurança Pública, Flávio Dino (PSB), para a vaga aberta no Supremo Tribunal Federal (STF) com a aposentadoria da ministra Rosa Weber, esses aliados reivindicam a divisão da pasta, conforme cogitado no governo de transição.

A escolha de Dino para comandar as duas áreas inviabilizou o projeto, porque ele se opôs ao fatiamento do ministério. A possível indicação do político do PSB para o STF e um cenário de escalada da violência - especialmente no Rio e na Bahia - deram argumentos aos aliados para retomarem o pleito pela divisão da pasta.

O PT mira o lugar de Dino na Justiça, enquanto eventual novo ministério da Segurança Pública poderia ser negociado para ampliar a coalizão governista, facilitando alianças no pleito municipal.

Em paralelo, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, voltou à mira dos governistas depois que o grupo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), redirecionou o foco para o controle da Caixa Econômica Federal, e Lula blindou a titular da Saúde.

No entanto, passados alguns meses, alas do PT ainda reclamam do desempenho da ministra. Uma das

queixas é de que a campanha nacional de vacinação, que teve como uma das marcas o retorno do personagem Zé Gotinha, não teve a repercussão esperada.

O Plano Nacional de Imunização (PNI) completou 50 anos, mas a percepção de algumas lideranças petistas é de que a ministra perdeu a oportunidade de fazer um contraponto ao governo de Jair Bolsonaro, marcado pelo desestímulo à vacinação, sobretudo na pandemia.

Em outra frente, parlamentares ainda reclamam do represamento de emendas na área de saúde. Deputados do PSD, por exemplo, levaram as queixas a público, constringendo o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT). No dia 26 de setembro, a rádio CBN captou uma cobrança da deputada Laura Carneiro (PSD-RJ) a Padilha: "Se a gente dançar, a Nísia vai dançar também".

Sobre essas críticas, o Ministério da Saúde alegou, em nota ao Valor, que a atual gestão assumiu com coberturas vacinais alarmantes e alto risco de volta de doenças como poliomielite, cujo índice de vacinação estava em 77%, muito abaixo dos 95% previstos.

"Em nove meses, o Brasil já caminha para atingir a meta de reverter a tendência de queda das coberturas vacinais registrada desde 2016", diz a nota do ministério.

"Houve crescimento médio de 28,4% (até setembro) de doses aplicadas em crianças e adolescentes nos estados do Amazonas, Acre e Amapá", os primeiros a receberem as ações da pasta.

A pasta também argumentou que optou por uma "estratégia inovadora de vacinação", com elaboração de diagnóstico, plano e campanha publicitária (27 vídeos) com enfoques regionais, direcionados às necessidades locais.

Quanto ao repasse de recursos, o ministério afirma que já empenhou mais de 80% (R\$ 12,4 bilhões) do total de emendas parlamentares previstas para 2023, com 65% pagas (R\$ 9,7 bilhões), sendo uma das pastas com "maior desempenho no atendimento das propostas do Legislativo".

A ala do PT de onde partem as principais queixas à ministra da Saúde tenta convencer Lula a substituí-la por Alexandre Padilha, que já exerceu o cargo na gestão de Dilma Rousseff. Essa solução é defendida também por lideranças do entorno de Arthur Lira, que gostariam de ver o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), na vaga de Padilha no Planalto.

Uma das justificativas para essa dança das cadeiras é de que Guimarães tem boa relação com Lira, que já fez queixas públicas a Padilha, e mantém restrições ao ministro nos bastidores. Por isso, a percepção desse grupo de aliados é de que eventual nomeação de Guimarães para o ministério seria uma oportunidade de estreitar os laços de Lira com o Planalto. Mas auxiliares de Lula ouvidos pelo Valor alegam que o presidente está satisfeito com Padilha e Guimarães em seus respectivos cargos, e descarta alterações neste momento.

O mesmo grupo formado por algumas lideranças do PT e aliados de Lira também reivindica um novo titular para a Casa Civil. A reclamação é de que Lula escolheu o ex-governador da Bahia Rui Costa (PT) para a função porque desejava um perfil de "gestor" na pasta, mas estes aliados alegam que a natureza do ministério exige um articulador político, e não um "burocrata".

Lula já declarou que Costa é sua "Dilma Rousseff de calças".

Estes aliados elevaram as críticas a Costa pelas ausências no gabinete, sobretudo durante as viagens de Lula. Costa tem percorrido o Brasil em agendas de lançamento do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A percepção é de que na função de coordenador político do governo, o ministro deveria ficar no palácio se o presidente está no exterior. Sua ausência nessas circunstâncias passaria a imagem de um Planalto "acéfalo".

Para o lugar de Costa, esse grupo pleiteia a nomeação do líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), que exerceu a função sob Dilma Rousseff. O problema é que o próprio Wagner avalizou a nomeação de Costa para o cargo, e resistiria a substituir o aliado.

Outra opção lembrada para o lugar de Costa seria o ministro da Educação, Camilo Santana (PT).

Nessa hipótese, Lula alçaria a secretária- executiva do MEC e ex-governadora do Ceará Izolda Cela ao comando do ministério. O remanejamento de uma mulher para o comando do MEC compensaria o eventual afastamento de outro quadro feminino, Nísia Trindade, se Padilha fosse realocado na Saúde.

Nesse cenário, Lula remanejaria Costa para outro posto de expressão no governo: a presidência da Petrobras ou eventual secretaria- executiva do PAC, ainda a ser criada.

Contudo, interlocutores do ministro ouvidos pelo Valor ponderam que Costa está cumprindo determinações do presidente ao manter os lançamentos do novo PAC em outros Estados, mesmo com Lula no exterior. Ainda assim, observam que foram poucas agendas: falta lançar o programa em 20 Estados. O próprio Lula quer participar dos atos em São Paulo e Minas Gerais, que foram adiados aguardando ele se recuperar da cirurgia no quadril.

Auxiliares de Lula afirmam que ele não está convencido dessas mudanças, sobretudo porque acomodou no Planalto aliados que estão entre os mais leais em seu conceito.

Tanto Padilha e Rui Costa, como Márcio Macêdo (Secretaria-Geral) e Paulo Pimenta (Comunicação Social) o visitaram reiteradas vezes no período da prisão em Curitiba, e foram dos mais combativos na campanha "Lula Livre".

Ministério da Justiça e Segurança Pública pode ser dividido em duas pastas

Camilo Santana, atual ministro da Educação, também é lembrado para a Casa Civil

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187694?page=1§ion=1>